

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.087 - CE (2019/0307150-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **TERESA MARIA GOMES ROCHA LIMA**  
**ADVOGADO** : **WAGNER BARROS BARRETO JUNIOR - CE035201**  
**RECORRIDO** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO** : **MARIA LAURA DOMINGUES DE OLIVEIRA ALCOFORADO -**  
**PE008895**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MERO INCONFORMISMO COM O ACÓRDÃO IMPUGNADO.

1. Não há violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.
2. O julgamento do feito apenas se revelou contrário aos interesses da parte recorrente, circunstância que não configura omissão, nem contradição ou obscuridade, tampouco erro material.
3. Os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual *error in iudicando*, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição.
4. Recurso Especial não provido.

**DECISÃO**

1. Trata-se de recurso especial interposto por TERESA MARIA GOMES ROCHA LIMA com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

Processual Civil. Embargos declaratórios opostos contra acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento, mantendo o decisorio que, nos autos do cumprimento de sentença 0004926-80.2009.4.05.8100, indeferiu o pedido da parte autora para depositar os valores referentes às prestações, sob o fundamento de que os valores já foram homologados, à f. 315, e ratificados, à f. 499.

1. Segundo a embargante, o acórdão apresenta omissão, contradição e obscuridade, posto que deixou de observar que os pedidos constantes na postulação de f. 570 a 573, acostados ao feito, evidenciando que o primeiro contrato datado de 21 de agosto de 1990 e o segundo a sub-rogação da dívida hipotecária a ser paga em 70 (setenta)

meses datado de 16 de agosto de 2005, já expirara, mas, no entanto, nesse tocante nenhuma manifestação fora ofertada, e, ainda, que deixaram de ser analisados pela decisão embargada os fundamentos esposados no referido recurso de agravo de que já fora cumprido o contrato de sub-rogação de dívida hipotecária e que a parte embargada informasse a real situação para que fosse definida a sua situação.

2. Alegações de omissão, contradição e obscuridade não reconhecidas, porquanto o acórdão foi claro e preciso ao dispor que i) analisando-se os documentos colacionados aos autos do presente recurso, não vislumbro o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do efeito pretendido pela parte agravante; ii) como bem salientado no decisum agravado,/. 15, e nas petições,/. 79-82 (agravante) e f. 92 e v (agravada), já houve a revisão

judicial do contrato e a homologação dos cálculos, não existindo mais embasamento jurídico no pedido da parte autora de continuar depositando as prestações no valor de R\$ 646,22.

3. Evidencia-se, em verdade, que a intenção do embargante é de reapreciação de matéria já decidida por esta Turma, o que é inviável por meio de embargos de declaração, tendo em vista que estes não se prestam à inovação, à rediscussão da matéria ou à correção de eventual error in judicando.

4. Embargos declaratórios improvidos.

Nas razões do recurso especial (fls. 149-162), a recorrente aponta violação do art. 1.022, I e II, do CPC/2015, sob o argumento de que o acórdão recorrido padece de vícios (omissões e obscuridades) que não foram sanados, mesmo após a oposição de embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 166-177.

É o relatório.

DECIDO.

2. A irresignação não merece prosperar.

O recurso especial ora em apreço se assenta unicamente na alegação de que há omissões e obscuridades não sanadas pela Corte *a quo*, o que teria violado o art. 1.022, I e II, do CPC/2015.

Alega a parte insurgente que "...a decisão recorrida não atentou para os pedidos constantes na postulação de fls. 570 a 573, na qual evidencia o primeiro contrato datado de 21 de agosto — de 1990 e o segundo a sub-rogação da dívida hipotecária a ser paga em 70 (setenta) meses datado de 16 de agosto de 2005, já foram cumpridos, motivo pelo qual o princípio da estabilidade das relações jurídicas deve ser prestigiado e assegurado, de modo a não afetar a Estado de Direito da Recorrente".

No entanto, ao analisar as decisões proferidas na origem, verifico que não há violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, **emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada**.

No caso, o julgamento do feito apenas se revelou contrário aos interesses da

parte recorrente, circunstância que não configura omissão, nem contradição ou obscuridade, tampouco erro material.

Na hipótese dos autos, a Corte local, ao analisar os aclaratórios, manifestou-se nos seguintes termos (fl. 144):

Alegações de omissão, contradição e obscuridade não reconhecidas, porquanto o acórdão foi claro e preciso ao dispor que i) analisando-se os documentos colacionados aos autos do presente recurso, não vislumbro o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do efeito pretendido pela parte agravante; ii) como bem salientado no decisum agravado, f 15, e nas petições, f 79-82 (agravante) e f. 92 e v (agravada), já houve a revisão judicial do contrato e a homologação dos cálculos, não existindo mais embasamento jurídico no pedido da parte autora de continuar depositando as prestações no valor de R\$ 646,22.

Evidencia-se, em verdade, que a intenção do embargante é de reapreciação de matéria já decidida por esta Turma, o que é inviável por meio de embargos de declaração, tendo em vista que estes não se prestam à inovação, à rediscussão da matéria ou à correção de eventual *error in judicando*.

Além disso, à fl. 14, consta informação de que "...a CEF já cumpriu a obrigação de fazer de recalcular o valor da dívida. Assim o objeto da ação está esgotado" e que, "Em relação ao pedido para a CEF informar o saldo devedor dos contratos, verifica-se que já houve audiência com a tentativa de conciliação e que a parte teve ciência do montante devido. Caso tenha interesse em saber do saldo devedor deve dirigir-se à instituição financeira e requerer as informações de seu interesse".

Diante dos fundamentos suso colacionados, claramente se observa que inexistente omissão ou obscuridade no aresto que, embora em desconformidade com os interesses da parte recorrente, desata a questão jurídica posta em juízo, circunstância que não revela nenhuma irregularidade no julgamento *a quo*.

Ademais, impende destacar que **os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual *error in judicando***, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição, conforme pontua jurisprudência desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. PRECATÓRIO.

PRECLUSÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. VIA INADEQUADA.

I - Os embargos de declaração somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

**II - O recurso de embargos de declaração não é via adequada para**

**corrigir suposto erro de julgamento, ainda que demonstrado, não lhes sendo atribuível eficácia infringente se ausentes omissão, obscuridade ou contradição (art. 535 do CPC). Nesse sentido: EDcl nos EDcl no REsp 1.109.298/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/11/2013; EDcl no AgRg nos EAg 1.118.017/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 14/5/2012; EDcl no AgRg nos EAg 1.229.612/DF, Rel.**

**Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 13/6/2012 e EDcl nos EDcl no MS 14.117/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 1º/8/2011.**

III - Considerando o desiderato revelado de conferir caráter infringente aos presentes aclaratórios em decorrência de alegado erro de julgamento, sem a comprovação de omissão ou contradição, merecem rejeição os embargos de declaração.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 963.313/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIO INEXISTENTE. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. VIA INADEQUADA.

1. No sistema do CPC/1973, os Embargos de Declaração eram cabíveis nas hipóteses legais de omissão, contradição ou obscuridade (art. 535), tendo a jurisprudência entendido possível serem oferecidos também para que fosse apontada a existência de erro material. No CPC/2015, estes continuam a ser os casos de interposição do recurso (art. 1.022).

**2. O recurso de Embargos de Declaração não é via adequada para corrigir suposto erro de julgamento, ainda que demonstrado, não lhes sendo atribuível eficácia infringente se ausentes omissão, obscuridade ou contradição (art. 535 do CPC). Nesse sentido: EDcl nos EDcl no REsp 1.109.298/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Rel. p/ Acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 6/11/2013; EDcl no AgRg nos EAg 1.118.017/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 14/5/2012; EDcl no AgRg nos EAg 1.229.612/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 13/6/2012 e EDcl nos EDcl no MS 14.117/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 1º/8/2011.**

3. Considerando o desiderato revelado de conferir caráter infringente aos presentes aclaratórios em decorrência de alegado erro de julgamento, sem a comprovação de omissão ou contradição, merecem rejeição os Embargos de Declaração.

4. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1641373/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 17/05/2017)

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator